

## 2 Mapa social

### 2.1 As religiões no Rio, o inquérito da *Gazeta*

Ao ler os grandes diários, imagina a gente que está num país essencialmente católico, onde alguns matemáticos são positivistas. Entretanto, a cidade pulula de religiões. Basta parar em qualquer esquina, interrogar. A diversidade de cultos espantar-vos-á.<sup>1</sup>

Com essa frase João do Rio apresenta ao leitor carioca a diversidade religiosa no Rio de Janeiro do início do século XX. Certamente a atmosfera de liberdade religiosa pregada na Constituição de 1889 e uma maior visibilidade de diversos cultos religiosos de natureza diferente intrigara o jornalista que ali vira um excelente material para sua crônica sobre a cidade, conhecendo ou ouvindo a respeito deles em suas caminhadas pelas ruas da capital federal.

Entre fevereiro e abril de 1904 o jovem Paulo Barreto sob o pseudônimo de João do Rio, realizaria um “inquérito”<sup>2</sup> religioso na capital federal: judeus, espíritas, maronitas, satanistas, fisiólatras, cartomantes, o movimento evangélico e suas diferentes vertentes, positivistas, um padre católico que realizava exorcismos e “candomblés dos negros minas”, foram retratados pelo cronista, totalizando vinte e três reportagens sobre quinze manifestações religiosas, sobre as quais é traçado uma espécie de perfil histórico-informativo. Em suas palavras:

“... foi este o meu esforço: levantar um pouco o mistério das crenças nesta cidade. Não é um trabalho completo. Longe disso. (...) eu apenas escrevi a bondade, o mal e o bizarro dos cultos ...”<sup>3</sup>

Alguns contemporâneos e até mesmo alguns pesquisadores de sua obra atribuem a origem da iniciativa à inspiração na série publicada por Jules Bois no *Le Figaro* e editada em 1898 no volume *Les petites religions* de Paris<sup>4</sup>. De estrutura semelhante - um narrador que visita templos de religiões pouco conhecidas pela maioria dos habitantes daquela grande metrópole -, há quem diga,

---

<sup>1</sup> RIO, João do. As religiões do Rio: A Nova Jerusalém. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 fev 1904, p. 01.

<sup>2</sup> O termo *inquérito* foi utilizado ao longo de toda a série pelos editores da *Gazeta de Notícias* como uma forma de anunciar e se referir à série de reportagens.

<sup>3</sup> RIO, João do. As religiões do Rio: A Nova Jerusalém. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 fev 1904, p. 01.

<sup>4</sup> Dentre alguns estudiosos que concordam com essa afirmação estão João Carlos Rodrigues, Renato Cordeiro Gomes, dentre outros.

no entanto, que as diferenças são muitas, o que confirmaria a versão de João do Rio, segundo a qual a idéia da obra é atribuída a seu amigo Victor Viana<sup>5</sup>.

Cada religião foi abordada em uma única reportagem, com exceção dos satanistas e espíritas, abordados em duas reportagens cada e dos candomblés, abordados em cinco reportagens. Analisando a estrutura das mesmas, nota-se, em geral, elas seguem um mesmo padrão. Consistiam em uma conversa informal com algum praticante ou líder daquela religião, com visitas aos templos e presenciando ritos - nas quais, além das informações obtidas, era expressa a própria opinião do jornalista, muitas vezes recheadas de ironia e juízo de valor. Trazem ainda informações históricas sobre a chegada e a implantação de tais religiões no Brasil, nomes de pessoas importantes na consolidação daquela religião no país, endereços completos dos locais onde tais práticas eram realizadas e de alguns devotos, além de descrever os ritos que presenciara

A Igreja Fluminense data de 1858. Foi a primeira congregação evangélica estabelecida no Brasil, graças ao espírito de um homem rico e feliz. O Sr. Robert Reid Kalley trabalhava na ilha da Madeira, quando, em 1855, lembrou-se de vir ao Rio de Janeiro. Era escocês, médico, ministro evangélico e possuía bens da fortuna<sup>6</sup>.

(...) os primeiros espíritas brasileiros apareceram no Ceará ao mesmo tempo que em França. A propaganda propriamente só começou na Bahia, no ano de 1865, com o Grupo Familiar do Espiritismo<sup>7</sup>.

As reportagens tinham um destaque por conta dos editores da *Gazeta*. Sempre eram anunciadas na manchete e muitas delas foram anunciadas na edição do dia anterior. Não mantinham uma periodicidade, eram publicadas mais de uma reportagem por semana, às vezes em dias seguidos, às vezes não e eram geralmente publicadas na primeira página.

Para melhor ilustrar os dados levantados na pesquisa da série, elaborei algumas tabelas que serão apresentadas ao longo da dissertação. Como as considero parte integrante do texto, importantes em sua dinâmica, decidi por

<sup>5</sup> Victor Viana (1881-1937) foi um advogado, jornalista e historiador brasileiro e amigo pessoal de João do Rio. Cf. RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio: uma biografia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

<sup>6</sup> RIO, João do. As religiões do Rio: A Igreja Fluminense. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 23 mar 1904, p. 01.

<sup>7</sup> RIO, João do. As religiões do Rio: Os espíritas. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 fev 1904, p. 02.

inserir-las em meio ao texto e não em um anexo. A delas traz uma listagem com a ordem e a data de publicação das reportagens da respectiva série.

**Tabela 01**  
**Reportagens da série “As religiões no Rio” em ordem de publicação:**

| TÍTULO DA REPORTAGEM                       | DATA DA PUBLICAÇÃO      |
|--------------------------------------------|-------------------------|
| A Nova Jerusalém                           | 22 de fevereiro de 1904 |
| O Espiritismo Falso                        | 24 de fevereiro de 1904 |
| Os Espíritas                               | 26 de fevereiro de 1904 |
| Os Batistas                                | 01 de março de 1904     |
| Pelas Sinagogas                            | 02 de março de 1904     |
| O Positivismo                              | 04 de março de 1904     |
| Os Fisiólatras                             | 07 de março de 1904     |
| No mundo dos feitiços: Os feiticeiros      | 09 de março de 1904     |
| No mundo dos feitiços: As iaôs             | 12 de março de 1904     |
| O feitiço                                  | 14 de março de 1904     |
| No mundo dos feitiços: A casa das<br>almas | 16 de março de 1904     |
| A Igreja Presbiteriana                     | 19 de março de 1904     |
| A Igreja Fluminense                        | 23 de março de 1904     |

|                                                   |                     |
|---------------------------------------------------|---------------------|
| A Igreja Metodista                                | 24 de março de 1904 |
| A ACM                                             | 26 de março de 1904 |
| No mundo dos feitiços: Os novos feitiços de Sanin | 29 de março de 1904 |
| Os satanistas                                     | 05 de abril de 1904 |
| A missa negra                                     | 07 de abril de 1904 |
| As sacerdotizas do futuro                         | 10 de abril de 1904 |
| Os exorcismos                                     | 13 de abril de 1904 |
| Os maronitas                                      | 18 de abril de 1904 |
| O culto do mar                                    | 21 de abril de 1904 |

A tabela seguinte apresenta informantes de cada reportagem da série, todos informados pelo cronista. Tentei levantar dados referentes a quem seriam esses informantes e sua possível relação com João do Rio e sobre alguns deles não foi possível levantar tais dados, devido a poucas informações fornecidas pelo cronista; essas informações seguem nas notas de rodapé correspondente a cada informante. Em algumas reportagens, porém, João do Rio não cita o nome dos informantes, não sendo assim possível identificá-los. São essas *os batistas, pelas sinagogas, a igreja metodista, a ACM, os maronitas e o culto do mar* e por esse motivo elas não estão listadas na tabela. As reportagens referentes aos “candomblés dos negros minas” também não constam na tabela, já que em todas elas o informante principal foi Antônio, embora muitas vezes o cronista tenha mostrado que conversara com outras pessoas sobre os ritos e costumes dos candomblés.

**Tabela 02**  
**Reportagens da série “As religiões no Rio” e seus respectivos informantes**

| TÍTULO DA REPORTAGEM   | INFORMANTES                                   |
|------------------------|-----------------------------------------------|
| A Nova Jerusalém       | Sr. Levindo Castro de La Fayette <sup>8</sup> |
| O Espiritismo Falso    | Marechal Ewerton Quadros <sup>9</sup>         |
| Os Espíritas           | Sr. Soren                                     |
| O Positivismo          | Teixeira Mendes <sup>10</sup>                 |
| Os Fisiólatras         | Magnus Sondhal <sup>11</sup>                  |
| No mundo dos feitiços  | Antonio Mina                                  |
| A Igreja Presbiteriana | Dr. Álvaro Reis <sup>12</sup>                 |
| A Igreja Fluminense    | Vereador Marques                              |
| Os satanistas          | Dr. Justino de Moura                          |
| A missa negra          | Dr. Justino de Moura                          |

<sup>8</sup> Levindo Castro de La Fayette foi professor de português, organizador de vários dicionários da língua portuguesa, Cônsul e Dirigente da Associação Geral da Nova Jerusalém no Brasil. Cf: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902

<sup>9</sup> Francisco Raimundo Ewerton Quadros (1841-1919) doutor em engenharia e figura de prestígio na sociedade e no Exército nacionais, foi o primeiro presidente da Associação Espírita Brasileira. Cf. GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

<sup>10</sup> Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927) foi um filósofo e matemático brasileiro, autor da bandeira nacional republicana e também um dos fundadores e líderes da Igreja Positivista no Brasil. Cf. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. op. cit.

<sup>11</sup> Magnus Sondhal (1869-?), imigrante islandês e companheiro de redação de João do Rio, também foi entrevistado pelo cronista em *O momento literário*, na reportagem publicada pela *Gazeta de Notícias* em 27 de março de 1905, p. 01.

<sup>12</sup> Álvaro Emídio Gonçalves dos Reis (1864–1925) foi um religioso brasileiro, pastor de grande destaque na Igreja Presbiteriana do Brasil, autor de várias obras sobre esta ordem religiosa. Cf. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. op. cit.

|                           |                           |
|---------------------------|---------------------------|
| As sacerdotizas do futuro | Madame Mathilde           |
| Os exorcismos             | Frei Piazza <sup>13</sup> |

De uma forma geral, a série “As religiões no Rio” despertou grande curiosidade na população carioca. Não foi encontrado em nenhum dos periódicos do período qualquer referência sobre a repercussão e o sucesso da série publicada por João do Rio na *Gazeta*. Possivelmente isso se deve não fazer propaganda de um concorrente. Em compensação a *Gazeta de Notícias* fazia questão de exaltar o sucesso da série:

A grande procura que tem tido os artigos sobre as religiões do Rio, esgotaram alguns números da vasta edição da *Gazeta*, de modo que é impossível servir por completo a muitos pedidos que nos chegam diariamente. Amanhã João do Rio publicará mais um curioso artigo<sup>14</sup>. [grifos no original]

Outro exemplo disso está na poesia de Bento Magriço, da coluna “Parnaso vadio”: Vê que sucesso, João do Rio!/ Colegas teus, aos encontrões/ Pasmam de espanto, sentem frio/ Com o furo mor das *religiões*/ E com o furor do teu inquérito...<sup>15</sup> [grifo no original], ou ainda no comentário sobre a série numa das crônicas semanais de Olavo Bilac:

O meu companheiro João do Rio deu-se agora a um inquérito sobre todas essas religiões, e os seus artigos, publicados nesta mesma *Gazeta*, têm revelado cousas maravilhosas. Ontem encontrei João do Rio... Ele resplandecia: pareceu-me que cada uma das religiões estudadas e devassadas lhe tinha dado um pouco do seu clarão do Além-Mundo... João saía do Mistério, todo cheio de Mistério: tinha mistério na face, no corpo, no chapéu, nas botas. E assim como as mulheres de Florença diziam de Dante, quando ele passava pelas ruas: “Lá vai aquele que

<sup>13</sup> Frei Piazza foi novamente entrevistado por João do Rio na reportagem “A casa dos milagres”, reportagem integrante da série *A vida na cidade*, publicada originalmente na *Gazeta de Notícias* em 03 de julho de 1905, p. 1 e posteriormente no volume *Cinematographo* com o título “Como o Rio ouve a missa do galo”.

<sup>14</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 09 abr 1904, p. 01.

<sup>15</sup> BENTO MAGRIÇO. “Parnaso vadio.” *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 20 mar 1904, p. 01. Bento Magriço foi um dos pseudônimos de Oscar Amadeu Ferreira Lopes (1822-1938), poeta, contista, teatrólogo, jornalista, diplomado em direito e membro fundador da Sociedade de Homens de Letras do Brasil, In: COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante de. *Enciclopédia de literatura brasileira*. São Paulo: Global; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Academia Brasileira de Letras, 2001, v. 2, p. 487.

voltou do inferno!” – também do meu querido João do Rio pode-se dizer com respeitoso espanto: “Lá vai aquele que voltou do Mistério!”<sup>16</sup>”

No dia 09 de março de 1904, ao lado das manchetes sobre a construção da Avenida Central, um convênio comercial entre Brasil e Portugal e um incêndio no dia anterior de uma livraria na Rua São Pedro, a *Gazeta de Notícias* destaca: “o inquérito da *Gazeta*: os feiticeiros”. Tratava-se da primeira reportagem de uma série de cinco artigos que revelavam os segredos dos candomblés, nos quais João do Rio descrevia, num misto de repulsa e fascinação, as “cenas incríveis de nossos pretos minas”. Durante três meses, Antônio, descrito pelo jornalista apenas como um “negro de Lagos”, o guiara pelas casas da rua de São Diogo, Barão de São Félix, Hospício, Núncio e da América, onde se realizavam os candomblés e viviam os pais-de-santo, alufás e feiticeiros da cidade.

Apesar do sucesso da série, nenhuma das crenças misteriosas do Rio de Janeiro despertaria tanta curiosidade na população carioca – e mesmo de outras regiões – como a provocada pelos artigos sobre as religiões africanas. Prova disso é a publicação de várias notas pelos editores da *Gazeta de Notícias*, onde afirmam estarem recebendo diversas cartas de leitores ávidos por maiores detalhes e informações sobre os “candomblés dos negros minas”. É importante ressaltar que os “candomblés dos negros minas” foi a única religião que teve sua repercussão específica retratada por notas dos editores da *Gazeta*.

O artigo de ontem da série *As religiões no Rio* em que se descrevem as cenas de animismos dos nossos pretos minas causou tamanho sucesso que os proprietários das casas de fonógrafos andaram a procura de Antônio, o negro de Lagos, para lhes cantas as cantigas africanas. Antônio foi encontrado, mas recusou, receoso de que a máquina que fala ofendesse os orixalás. A *Gazeta de Notícias* continuará amanhã a tratar dos negros minas, descrevendo as *yauôs*, ou as filhas-de-santo <sup>17</sup>. [grifos no original]

Na edição de 13 de março de 1904 a *Gazeta de Notícias* informava, em uma nota escondida em sua segunda página,

As religiões no Rio. Os nossos artigos sobre os pretos minas puseram em polvorosa os feiticeiros e as mães-de-santo. Essa pobre gente no sabe como esconder as sopeiras, os fetiches, as bugigangas, receando a visita da polícia. Ontem os feiticeiros reuniram-se, porque há entre eles uma espécie de maçonaria. – Foi gente nossa que disse o eró! – é preciso saber quem mostrou o segredo! Para saber de tudo, os feiticeiros reunir-se-ão hoje a tarde na casa de Emmanuel Ojó, a rua dos Andradas, próximo ao largo do Capim. Emmanuel Ojó é um preto

<sup>16</sup> BILAC, Olavo. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 mar 1904, p. 01.

<sup>17</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 mar 1904, p. 01.

que se veste de branco, fala inglês, para sempre a porta da Globo e é quem decide nos momentos de perigo. Ojó vai adivinhar quem é Antônio, o africano que nos tem contato e nos tem feito ver as cenas incríveis do culto bárbaro. Amanhã contaremos como se preparam os feitiços<sup>18</sup>.

E ao que parece o medo e a associação feita de maneira tão pública ao candomblé, continuava a preocupar os leitores. Dois dias depois a *Gazeta* publica a seguinte nota em sua primeira página:

Num inquérito como o que faz atualmente a *Gazeta de Notícias* não pode deixar de haver confusão nos nomes de certos feiticeiros. Os minas tem apelidos muito parecidos. Assim, no artigo de ontem, referimo-nos ao feiticeiro Horácio, mas ao Mama Horácio, alufá, que mora na rua do Bom Jardim e não a um outro que veio nos pedir retificação. O mesmo acontece com o Sr. Abedé, que é um homem sério<sup>19</sup>.

Em 16 de março de 1904, a *Gazeta de Notícias* estampou, em sua primeira página, uma ilustração – provavelmente de autoria do caricaturista Raul Pederneiras<sup>20</sup> – retratando duas feiticeiras, envoltas em panos da Costa<sup>21</sup> e adornadas por colares e grossas argolas. Uma delas, a que aparenta ser mais velha, estaria instruindo, com orações do rito, uma candidata ao sacerdócio<sup>22</sup>. O “candomblé dos minas” foi a única religião que ganhara uma ilustração e esta foi, significativamente, uma caricatura<sup>23</sup>.

<sup>18</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 mar 1904, p. 02.

<sup>19</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 15 mar 1904, p. 01.

<sup>20</sup> Raul Paranhos Pederneiras (1874-1953) foi um caricaturista, ilustrador, pintor, professor, teatrólogo, compositor e escritor brasileiro.

<sup>21</sup> Espécie de xale que integra o traje das mulheres e dos santos iabás (femininos) no candomblé.

<sup>22</sup> Não há qualquer menção, no jornal, sobre a autoria da ilustração. Mas, comparando os desenhos de 1904 com um painel de caricaturas registrado no álbum *Cenas da vida carioca*, de Raul Pederneiras, de 1924, intitulado “A mulher progride”, no qual ironizava sem piedade as aspirações feministas do início do século XX, há uma “baleira” com traços bem semelhante às feiticeiras.

<sup>23</sup> Para maiores informações: FONSECA, Joaquim da. *Caricatura: a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1999. Sobre a caricatura especificamente nesse momento ver: SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira: da belle époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 1ª reimpressão.

## NO MUNDO DOS FEITIÇOS



Feiticeira instruindo em orações do rito uma candidata ao sacerdócio.  
(RELIGIÕES NO RIO)

**Figura 01 – Caricatura sobre os candomblés na *Gazeta de Notícias***

Com o desenvolvimento da imprensa no Brasil, especialmente na segunda metade do século XIX, as caricaturas começam a ocupar um lugar de destaque nos periódicos. Quase sempre estavam ligadas a acontecimentos de destaque na sociedade. Somando-se isto há um cenário em que é mínimo o contingente de cidadãos que pode ler, sendo grande parte da população formada por ex-escravos e imigrantes, com escasso domínio da língua escrita, as caricaturas realizavam uma espécie de integração social, fazendo com que essa expressiva camada da população visse e entendesse os acontecimentos. Mesmo com a modernização da imprensa no início do século XX, as caricaturas continuaram com essa importância e lugar de destaque nos periódicos<sup>24</sup>.

Tal foi a curiosidade despertada pelos textos sobre os minas que, em 20 de março de 1904, a *Gazeta* publicou uma *Galeria de feiticeiros*, com retratos e pequenas biografias de três dos “mais temíveis exploradores da credulidade pública”, segundo o próprio periódico: os africanos de Lagos, Emmanuel Ojô, o “consultor técnico dos pretos”, “quem decide nos momentos de perigo”, e Abubaca Caolho, que veio para o Brasil como carregador, mas acabou vivendo, no Rio, exclusivamente da feitiçaria; e ainda Zebinda, negra cartomante, que

<sup>24</sup> Ibid.

gostava de dar festas, danças e *candomblés*<sup>25</sup>, devidamente anunciada com destaque na edição do dia anterior:

Os feiticeiros: na nossa edição de amanhã poderão os leitores da *Gazeta* encontrar alguns retratos de feiticeiros celebres. Esses retratos custaram um pouco. Os feiticeiros andam assustados com as nossas notícias, e escondem-se. Graças, porém, ao negro Miguel, da rua Frei Caneca n 4, que presentemente arranja um despacho mortal contra nós com urubus e calamos em companhia de Ojó e Sanim, conseguimos obter várias caras de feiticeiros que daremos amanhã, acompanhados de biografias<sup>26</sup>.

Mas porque as reportagens se referem aos “candomblés dos negros minas”? O próprio João do Rio nos traz alguma informação a esse respeito em uma das reportagens, ao relatar que Antônio, lhe dissera que

[os negros que viviam no Rio de Janeiro em 1904] *são todos das pequenas nações do interior da África, pertenciam aos ijexá, oió, aboum, hauçá, itaquá, ou se consideram filhos dos ibouam, ixaú, dos jejes e dos cambindas*<sup>27</sup> (...).[grifo meu]

Muitos dos escravos provenientes da Costa dos escravos aportaram no Rio de Janeiro através do tráfico interprovincial<sup>28</sup>. E aqui todos os africanos oriundos da Costa Ocidental eram identificados genericamente como *minas*. No século XIX, os *minas* do Rio de Janeiro incluíam, entre outros grupos, os iorubás (ou nagôs), aussás e tapas. O termo *mina*, proveniente da expressão Costa da Mina, foi adotado pelos próprios como identidade que incluía todos os oriundos da Costa Ocidental, mesmo que operassem também com as diferenças de subgrupos étnicos<sup>29</sup>. Segundo Juliana Farias, para os africanos o nome pessoal tinha grande força simbólica e era um forte signo de identificação social ou étnica<sup>30</sup>.

<sup>25</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 20 mar 1904, p. 02. Os textos não são assinados, mas, se não foram escritos por João do Rio, certamente tiveram alguma participação do jornalista, já que os três biografados são personagens abordados, com frequência, em seus artigos. Além disso, os ácidos e preconceituosos comentários presentes na *Galeria de feiticeiros* são bem similares aos que encontramos nos textos de João do Rio.

<sup>26</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 mar 1904, p. 01.

<sup>27</sup> RIO, João do. No mundo dos feitiços: Os feiticeiros. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 09 mar 1904, p. 02.

<sup>28</sup> FARIAS, Juliana Barreto. “Descobrimos os mapas dos minas: alforrias, trabalho urbano e identidades. (1800-1915). In: FARIAS, Juliana Barreto, GOMES, Flávio dos Santos e SOARES, Carlos Eugênio. *No Labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

<sup>29</sup> Para uma melhor classificação dos grupos e subgrupos étnicos dos africanos escravizados no Brasil, ver KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>30</sup> FARIAS, Juliana. op. cit.

Quando chegavam ao Brasil recebiam nomes cristãos que simbolizariam, segundo João José Reis, a passagem da posição de africanos para a de cativos. No entanto, muitos buscaram conservar uma parte importante da sua memória pessoal preservando seus nomes étnicos. Se os nomes cristãos eram úteis apenas nas relações com os brancos, entre eles, mantinham seus nomes originais<sup>31</sup>.

Quando retornamos às descrições de João do Rio, inferimos que, no Rio de Janeiro do início do século XX, ainda havia africanos ocidentais que se identificavam a partir de seus grupos, vilas ou cidades de origem. Essa revelação é, de fato, surpreendente, já que, desde pelo menos as últimas décadas do oitocentos, o termo *mina* passa a designar, genericamente, os cativos e libertos originários da Costa da Mina. Desde a década de 1860, as denominações étnicas conjugadas – como *mina-nagô*, *mina-tapa* ou *mina-calabar* – praticamente desaparecem do cenário carioca. Além disso, curiosamente, ao longo de todos os textos publicados pelo cronista no período, em nenhum outro momento os homens e mulheres africanos descritos são identificados por aqueles subgrupos. Não há tampouco quaisquer menções a eles como indivíduos iorubás ou nagôs. Como então se identificavam aqueles africanos?

Segundo o jornalista da *Gazeta*, todos eles falavam entre si um idioma comum: o *eubá*. Como destacara seu guia Antônio, que havia estudado em Lagos, o *eubá* era para os africanos o que o inglês era para os “povos civilizados”. Quem conhecia essa língua africana podia “atravessar a África e viver entre os pretos do Rio”<sup>32</sup>. Certamente o termo *eubá* era uma corruptela do termo iorubá, ou uma interpretação do que ouvira João do Rio. De acordo com Nina Rodrigues, na Bahia, muitos dos nomes de “nações africanas” eram deformados. Era o caso, por exemplo, da palavra Egbá. Muitos negros não pronunciavam o *g*. Assim, era comum encontrar documentos que falavam em negros de *Ebá* ou simplesmente de *Bá*<sup>33</sup>. É bem provável que algo semelhante tenha ocorrido com os negros do Rio. No *Grande dicionário da língua portuguesa* de Antônio de Moraes Silva o *eubá* é identificado como o “nome duma língua muito falada pelos negros do Rio, que deriva do egbá, nome do povo africano, tribo de indígenas da África ocidental

<sup>31</sup> REIS, João José Reis. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês* (1835). São Paulo: Brasiliense, 1986. p.191.

<sup>32</sup> RIO, João do. No mundo dos feitiços: Os feiticéiros. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 09 mar 1904, p. 02.

<sup>33</sup> RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988, 7ª edição, p. 102-103.

inglesa”<sup>34</sup>. Embora recorra ao relato de João do Rio para exemplificar a utilização do termo, Silva acrescenta que a língua era falada por um grupo étnico específico, os egbás de Abeokutá, também genericamente identificados como iorubás, ou como nagôs em Salvador.

Vemos assim que o iorubá funcionava como uma espécie de língua franca entre os africanos ocidentais do Rio de Janeiro, naqueles primórdios do século XX<sup>35</sup>. Mas, na capital carioca, conforme já dissemos, esses africanos não eram chamados de nagôs, nem tampouco de iorubás. Aqui continuariam a ser genericamente conhecidos como “negros minas”.

Em suas crônicas, João do Rio poucas vezes fala diretamente em *negros minas*. Contudo, analisando seus artigos em conjunto, é possível concluir que se tratam efetivamente de homens e mulheres da Costa da Mina. Em todas os anúncios publicados na *Gazeta de Notícias* no período em que saíram as reportagens sobre os candomblés, os textos são anunciados como registros de incursões e descrições das religiões dos negros minas, porém não sabemos se foram redigidas pelo próprio João do Rio, já que não há qualquer indicação nesse sentido.

## 2.2 Religião em tempos de *belle époque*

[A religião é] um misterioso sentimento, misto de terror e de esperança, simbolização lúgubre ou alegre de um poder que não temos e almejamos ter, o desconhecido avassalador, o equívoco, o medo, a perversidade...<sup>36</sup>

Essa é uma declaração do cronista em suas reportagens de seu inquérito sobre religião. João do Rio não traz ao longo da série nenhuma definição sobre religião ou ainda sobre religiosidade, mas demonstra entender religião como sinônimo de crença, de fé. Seus biógrafos não trazem nenhuma informação se o cronista era praticante ou simpatizante de alguma religião em particular, somente o fato dele, quando criança, ter sido batizado na Igreja Positivista e seu pai ser um importante membro da Igreja o que, decerto, influenciou em sua criação. Porém

<sup>34</sup> SILVA, Antônio de Moraes. *Grande dicionário da língua portuguesa*. Editorial Confluência, 1945, v. IV, p. 212, 956.

<sup>35</sup> REIS, João José, 1986, op. cit., p. 334

<sup>36</sup> RIO, João do. As religiões do Rio: A Nova Jerusalém. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 fev 1904, p. 01.

não há nenhuma informação de que ele tenha seguido os preceitos desta ou de qualquer outra religião.

Tentando me aproximar do que a sociedade carioca do início do século XX entendia por *religião*, optei por recorrer à definição do dicionário organizado por Cândido de Figueiredo, datado de 1899, que define *religião* como sendo um

(...) conjunto de princípios e de práticas que constituem as relações entre o homem e a divindade; culto interno ou externo prestado à divindade, sistema religioso, respeito ou referência à coisa sagrada, temor de Deus; dever sagrado; moral independente e comum às nações cultas; crença viva<sup>37</sup>.

Com a proclamação da República em 1890, o Brasil passa a viver sob a experiência de um Estado laico. Antes dessa separação entre Estado e Igreja, o catolicismo era a religião oficial do país. A promulgação, pelo Governo Provisório, do decreto 119-A, dentre outras medidas, garantia a legalidade a todas as religiões. No entanto, a prática da medicina religiosa, tida como curandeirismo, vai fornecer a base jurídica para a repressão aos terreiros e casas de culto. Assim, os rituais de cura realizados por pais e mães-de-santo, e pelos chamados feiticeiros, são tidos como contravenções, consistindo em práticas de magia e falsa medicina. São criados dispositivos legais – artigos constitucionais específicos que punem o curandeirismo, a prática ilegal da medicina e da magia – que definem as religiões africanas e mediúnicas como perigosas à saúde e contrárias à moral pública. Tornam-se, assim, freqüentes as batidas policiais, violando templos e casas particulares, prendendo líderes e demais fiéis, e estas estavam sempre presentes nas páginas dos jornais<sup>38</sup>.

Em 06 de dezembro de 1904, na mesma página que trazia uma crítica positiva ao livro de João do Rio, o *Jornal do Commercio*, traz, com igual destaque, a seguinte nota:

Feitiçaria. Chegou ao conhecimento das autoridades da 20<sup>a</sup> Delegacia Urbana que, na casa de n. 2 da rua Venâncio [sic] Pinheiro, onde mora um africano de nome Manoel Gomes, vulgo Manoel dos Figos, se realizavam seções de feitiçaria com grande concorrência. Ontem a tarde foi dado cerco a casa e preso em flagrante o feiticeiro que ali se achava, nos seus misteriosos trabalhos, acompanhado de 20 pessoas, que também foram presas. Dada busca, foram

<sup>37</sup> FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardosos & irmão, 1889, v. 1, p. 438.

<sup>38</sup> MAGGIE, Yvonne. *Medo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992, p. 34.

apreendidos diversos animais e objetos suspeitos, entre os quais um bode preto, 02 galinhas pretas, uma pele de cobra, uma cauda de arara, 113 figas de vários tamanhos, búzios e cruzeiros, 02 manipantas, varas de guiné, 02 chifres de carneiro, diversas [sic] de cabra, e de boi, baralhos de carta, pipocas e amendoins, breves, etc. esses animais, assim como as pessoas presas foram conduzidas a 3ª Delegacia<sup>39</sup>.

Embora a nota não use o termo *candomblé* ou identifique o líder como um pai-de-santo, os elementos e as cenas descritos, além de serem muito similares aos que João do Rio cita em suas reportagens, são conhecidos elementos de uso nos *candomblés*. Além disso, a categoria *feiticeiro* era comumente usada no período por juristas, médicos e imprensa – incluindo João do Rio na documentação apresentada - para se referir a todos os líderes de práticas mediúnicas, não havendo distinção entre espíritas e *candomblecistas*. Muitos inclusive nem as consideravam como religiões<sup>40</sup>.

João José Reis afirma que a religião africana desde os tempos coloniais, conseguiu seduzir não só crioulos, mas também mulatos e brancos que procuravam os serviços de seus sacerdotes ou o encanto de seus rituais<sup>41</sup>. Roger Bastide também traz vários exemplos de brancos envolvidos com os *candomblés*, desde os tempos coloniais, seja por procurá-los para práticas medicinais, para pedir feitiços para os mais diversos fins, para assistir ou para reprimir. Relatos de viajantes, documentação policial, da administração estão cheios de relatos nesse sentido, como o poema de Melo Moraes Filho, da segunda metade do século XIX:

(...) Mas que vejo? Tudo em redor serpentes penduradas/  
Galinhas por terra, corujas no muro/  
Cabras sem cabeça, grelhas sobre brasa/  
E um fetiche abrindo asas enormes!/  
De um aposento, um banho sujo e chistoso sai/  
Agitando os corpos ao som de sinetas:/  
À luz de uma mecha que queima num azeite cor de terra/  
Os negros vão orar seu estranho ídolo!/  
Mulheres, de diversas cores, dançando juntas/  
Estão nuas, com exceção de uma tanga...<sup>42</sup>

Ou ainda o comunicado do Conde de Pavolide, que em 1780, entra em guerra contra os bailes em que

<sup>39</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 06 dez 1904, p. 02.

<sup>40</sup> MAGGIE, Yvonne., op. cit; GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

<sup>41</sup> REIS, João José. “Nas malhas do poder escravista: a invasão do Candomblé do Accú.” In: \_\_\_\_\_ e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 47.

<sup>42</sup> MELO DE MORAIS FILHO, A. J. “O candomblé”. Cantos do Equador. Rio de Janeiro, s.ed., 1879 apud BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. Tradução de Maria Eloísa Capellato e Olívia Krahenbuhl. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1985, 2ª edição, p. 194.

(...) os pretos da Costa da Mina fazem às escondidas, ou em sua casa, ou roças com uma preta mestra, com altar de ídolos adorando bodes vivos, e outros feitos de barro, untando seus corpos com diversos óleos, sangue de galo, dando de comer bolos de milho depois de diversas bênçãos supersticiosas<sup>43</sup> (...).

Esses fragmentos nos ajudam a comprovar que essa convivência entre brancos, negros, feitiçeiros, candomblés e repressões vinda desde a época colonial e ainda permanecia no início do século XX. Por mais que a *belle époque* carioca quisesse apagar todos os vestígios de barbárie e de seu passado negro e inculto, as reportagens de João do Rio somadas às diversas notas sobre candomblés e feitiçeiros nos periódicos da época provam que esse tipo de coisa não só existia como era algo do cotidiano da população. Embora tratassem do assunto com exotismo, brancos conviviam com e mesmo participavam de candomblés, havendo circulação entre culturas diferentes, ou seja, trocas culturais.

João José Reis nos lembra que após a Independência do Brasil observa-se um esforço dos governos locais por controlar melhor a população livre e escrava através de leis provinciais e, sobretudo, posturas municipais, às vezes muito detalhadas, dirigidas a disciplinar diversos aspectos do comportamento coletivo<sup>44</sup>, medidas que se intensificaram na *belle époque*, em especial na Capital Federal. Como exemplos desses mecanismos reguladores, as Câmaras Municipais de algumas cidades promulgaram “Códigos de Posturas Municipais”, um aparato legal que se propunha a ordenar a vida da cidade em relação à ordem, moral, costumes, higiene aos espaços físicos, à participação da vida pública e outros aspectos que exigissem a alteração de antigos hábitos, como meio de regular e ordenar a sociedade, de forma que esta estivesse pronta para fazer parte de um novo país, onde o trabalho, a moralidade e a civilidade eram vistos como pontos primordiais para este crescimento<sup>45</sup>.

As elites passaram a condenar a ociosidade, a malandragem, o jogo, o vício, a prostituição e tudo mais que impedisse a formação de uma sociedade

<sup>43</sup> “Informação do Conde de Pavolide a Martinho de Mello e Castro” In: RIBEIRO, René. *Cultos afro-brasileiros no Recife: um estudo de ajustamento social*. Recife: s.ed., s.d. apud BASTIDE, op. cit., p. 193.

<sup>44</sup> REIS, João José. “Tambores e Tremores: A Festa Negra na Bahia na Primeira Metade do Século XIX”. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e Outras F(r)estas: Ensaios de História Social da Cultura*. São Paulo: UNICAMP/CECULT, 2002, v. 1, p. 114.

<sup>45</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O império da boa sociedade: a consolidação do Estado Imperial brasileiro*. São Paulo: Atual, 1991.

íntegra, trabalhadora, civilizada segundo os seus padrões. Esse novo ideal de sociedade era propagado pelos jornais que constantemente escreviam artigos condenando alguma atitude tida como baderneira ou imoral, e pela Justiça que evidenciava nos relatórios de processos-crime o envolvimento de livres pobres em ações turbulentas e violentas, tendo o autor que pagar judicialmente pelo seu erro.

O Código Penal de 1890<sup>46</sup> vinha a se somar nesse sentido civilizatório, com diversos artigos referentes a questões de comportamento e civilidade. O Código trazia em seus artigos 156, 157 e 158, questões referentes à prática ilegal da medicina, à prática da magia e à proibição do curandeirismo, tendo como punições prisão e multa. Além disso, leis posteriores, como a n° 173 de 1893<sup>47</sup>, regulava a organização das associações que se fundarem para fins religiosos, nos termos do artigo 72 parágrafo 3° da Constituição. O artigo 1° dessa lei diz que as associações para fins religiosos poderão *adquirir individualidade jurídica inscrevendo o contrato social no registro civil da circunscrição onde estabelecerem a sua sede*. E o artigo 13° afirma que

as associações que promoverem fins ilícitos ou que se servirem de fins ilícitos ou imorais serão dissolvidas por sentença mediante denúncia de qualquer pessoa ou Ministério Público.

Ao que parece os pais-de-santo estavam muito atentos a essa norma, pois o Antônio declara a João do Rio que *eles tiram licença da polícia. A Constituição permite a livre manifestação dos cultos!*<sup>48</sup>. Interessante ver que eles também estavam a par da Constituição e das leis, o que mostra que não se tratavam de pessoas tão alienadas quanto as elites tentavam mostrar.

Com a reforma da cidade do Rio de Janeiro e com a discussão da necessidade de higienização travada por seus administradores, amplia-se o debate sobre o controle da magia e dos curandeiros. Em 1904, o Decreto n° 1151 de 05 de janeiro, que reorganiza os Serviços de Higiene Administrativa da União e possibilita o “bota abaixo” de Pereira Passos no Rio de Janeiro, define a competência do Juiz dos Feitos da Saúde Pública. Uma de suas funções é o

<sup>46</sup> Note que o código Penal de 1890 previa punição para “o espiritismo, a magia e seus sortilégios”. Cf. DANTAS, Beatriz Góis. “De feiticeiros a comunistas: acusações sobre o Candomblé”, In: *Dédalo*. N°23, 1984, p. 99.

<sup>47</sup> Lei n° 173 de 10 de setembro de 1893.

<sup>48</sup> RIO, João do. São João entre os africanos. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 25 jun 1904, p. 01.

juízo dos crimes e contravenções de higiene e salubridades públicas, inclusive os tratados nos três artigos do Código Penal.

Yvonne Maggie<sup>49</sup> afirma que de acordo com o pensamento da época, era moralmente necessário punir feiticeiros. Lembrando que “feiticeiro” se tratava de categoria genérica que englobava devotos de religiões mediúnicas em geral, tanto espíritas quanto de candomblés, usadas por autoridades policiais, juristas, médicos, jornalistas e intelectuais em geral e, conseqüentemente grande parte da população, todas classificadas como “baixo espiritismo”.

Mais uma vez essa é uma posição que fica clara nos jornais da época:

Diversas haviam sido as comunicações ao delegado da 2ª circunscrição urbana sobre os trabalhos de feitiçaria que eram feitos em uma casa na Rua Senador Pompeu. Como, porém, a denúncia não era formal e não constava ao certo o número da casa, não era possível uma busca. Ontem pela manhã aquela autoridade recebeu a visita de um cavalheiro que abertamente declarou que a citada casa era a de nº 178 daquela rua. (...) [Tratava-se de um] quadro divertido e triste ao mesmo tempo. Divertido por encerrar um sem número de objetos mais esquisitos, formas e usos desconhecidos, cada qual mais ridículo. Triste por ver a quanto, em certas ocasiões, chega a crença estúpida, que pode trazer os mais funestos resultados, até a morte<sup>50</sup>.

Essa notícia se refere a uma denúncia recebida sobre *seções de bruxaria* na casa de *mamãe Bernardina* ou *Bernardina do nó do cachorro*, coincidentemente uma das mães-de-santo citadas por João do Rio em suas reportagens. As reportagens sem assinatura foram publicadas com destaque na primeira página, com o título de *Bruxaria*. A partir de outros dados das duas reportagens publicadas no Jornal do Brasil sobre o caso, percebemos que se trata claramente de um candomblé. Além da descrição de elementos utilizados nos cultos, uma das depoentes afirma que trata suas irmãs pelos nomes de *eufone* e *eufonina*, sendo Maria tratada por Jossi, Hermina por *deufonitinha* e Cecília por *fon*. “[grifos no original], certamente corruptelas de *dofono*, *dofonitinha* e *fomo*, termos pelos quais os irmãos-de-santo se tratam quando iniciados na religião.

Maggie observou tipos paradigmáticos de acusadores nos inúmeros processos contra pais-de-santo, curandeiros e feiticeiros, instaurados com base nos artigos 156, 157 e 158 do Código Penal de 1890, examinados em seu estudo sobre

<sup>49</sup> MAGGIE, Yvonne op. cit., p. 43.

<sup>50</sup> Bruxaria. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 jul 1902, p. 01, edição da manhã.

as relações entre a crença na magia e o poder no Rio de Janeiro republicano<sup>51</sup>. Na análise dessa documentação, a autora constatou que os delegados quase sempre utilizavam expressões como: “chegando ao meu conhecimento”, “constando-me”, “segundo denúncia”, “havia constantes queixas” ou “por haver recebido denúncia segura”. Apesar dos vizinhos aparecerem mais frequentemente entre aqueles que apresentavam queixas, encontramos desde clientes e amantes do acusado, até policiais da delegacia de repressão e empregadores do réu. Pessoas geralmente próximas às vítimas, operários, trabalhadores pobres, mas às vezes clientes ricos, dos quais constava um grande número de brancos e imigrantes.

Interessante é a descrição do que seria um candomblé por um delegado de polícia em um dos processos analisados pela autora:

Candomblés ou macumbas são reuniões de baixo espiritismo, feitas clandestinamente, e dirigidas por indivíduos que se dizem pais-de-santo trabalhando com espíritos de africanos e de caboclos que são atraídos ali por pontos riscados a pomba sobre o assoalho ou sobre tábuas colocadas no chão, ou por cânticos significativos. Nessas reuniões são tratados assuntos diferentes, concernentes a curas, a melhoras de vida, a aproximação ou separação de pessoas de sexos diferentes, sendo todos esses trabalhos [sic] à discrição e para o seu completo êxito, recorrem a sortilégios e a despachos. As manifestações espirituais quer de caboclos como de africanos, quer de santos são feitas espetaculosamente sob a direção do pai-de-santo que é o chefe da macumba ou candomblé<sup>52</sup>.

Diante de informações tão detalhadas, podemos concluir que esses peritos conheciam ou quem sabe compartilhavam, a crença que descreviam e examinavam, o que vai de encontro à informação trazida por João do Rio, de que *a policia visita essas casas como consultante. Soube nesses antros que um antigo delegado estava amarrado a uma paixão, graças aos prodígios de um galo preto*<sup>53</sup>. João José Reis, ao tratar do candomblé na Bahia no final do século XIX, também comenta que a polícia e outras autoridades foram repetidas vezes acusadas pela imprensa de conivência com os candomblés e até mesmo de participarem deles em desserviço à marcha da civilização, até com a denúncia de um delegado que “caiu no santo”<sup>54</sup>.

<sup>51</sup> MAGGIE, Yvonne, op. cit.

<sup>52</sup> Processo crime n. 2313 apud MAGGIE, Yvonne. op. cit., p. 156.

<sup>53</sup> RIO, João do. As religiões do Rio: O feitiço. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 14 mar 1904, p. 01.

<sup>54</sup> REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 26. As tais denúncias que o autor se referem estavam nos periódicos baianos *O Patriota* e *O Alabama*.

Entre os juristas, havia três posições a esse respeito. A primeira posição era a de que toda a prática ou arte de curar deveria ser considerada fora da lei e era prejudicial à saúde pública, a não ser aquela arte obtida através da ciência com diploma e registro legal. Para essas pessoas, o espiritismo – e aqui me refiro às religiões mediúnicas em geral, usando a terminologia do período - como prática de cura e magia em si prejudicava a saúde pública e deveria ser extirpado da sociedade. Não sendo religião, fazia parte dos itens que denegriam a nossa civilização. Na segunda posição, algumas pessoas praticavam religiões verdadeiras que deveriam ser protegidas. Outras agiam para iludir incautos e deviam ser perseguidas por serem nocivas à saúde mental do povo; era a questão do “verdadeiro espiritismo” X “baixo espiritismo”, posição na qual os adeptos da doutrina espírita se baseavam para se diferenciar dos candomblecistas e se reafirmarem em detrimento do outro, se utilizando, inclusive de argumentos como a origem européia do espiritismo, seus discípulos franceses, expressões como “magia branca”, “mesa branca”, em oposição ao candomblé, que vinha da África e em tudo estava ligada à barbárie. Já a terceira posição, considerava os três artigos inconstitucionais, contra a liberdade religiosa e profissional promulgada na Constituição. Falsários deveriam ser punidos como estelionatários, a partir de denúncia da vítima e inquérito.

A separação entre a Igreja e o Estado foi efetivada pelo Decreto nº 119-A, de 07 de janeiro de 1890, que consagrou a plena liberdade de culto. Em fevereiro de 1891, a primeira Constituição republicana confirmou a separação entre a Igreja e o Estado, bem como proclamou outras medidas liberais como a plena liberdade de culto, o casamento civil obrigatório e a secularização dos cemitérios. Sob influências liberais e positivistas, a Constituição omitiu o nome de Deus, afirmando assim a caráter não religioso do novo regime, e a Igreja Católica foi colocada em pé de igualdade com todos os outros grupos religiosos; a educação foi secularizada, sendo a religião omitida do novo currículo.

A laicização vinha amparada nas teorias científicas naturalistas, contestadoras das verdades tradicionais da Igreja, e na ascensão ao poder de positivistas, maçons e liberais agnósticos. A essa última ameaça acrescentava-se aquela das teorias de cunho socialista e anarquista, que ganhavam adeptos numa cidade de população operária expressiva. Diante de tais riscos, as autoridades eclesiásticas lançaram-se numa campanha de recristianização, com vistas de

propagar o catolicismo e, sobretudo, combater o anticlericalismo de intelectuais de todos os matizes, investindo na conquista de massas populares, fazendo dos periódicos – tanto os católicos quanto da imprensa comum - um instrumento para seu proselitismo.

Já era bastante comum na imprensa a publicação de notas católicas sobre festividades e campanhas de caridade. Com a ameaça das demais religiões, no entanto, a Igreja começa a publicar crônicas exaltando a fé católica em detrimento das outras religiões:

Só o Catolicismo, por exemplo, pode dominar as doutrinas parciais que surgiram no seio do politeísmo decadente e resolver o problema da regeneração social (...) todas as grandes questões sociais entre a medicina e a religião há o mais íntimo dos laços, de modo que a regeneração da primeira depende da instituição definitiva da segunda desde que restabelecamos a unidade religiosa cada indivíduo será bastante poderoso contra os ataques do meio resistindo como vantagem a todas as fatalidades<sup>55</sup>.

Interessante não só o fato de uma crônica católica ser publicada na *Kosmos*, revista que era o retrato da *belle époque*, mas também pelo fato da crônica se mostrar próxima ou numa possível convivência harmoniosa com os saberes médicos em voga, creio eu, que numa demonstração de que a Igreja Católica também pode ser moderna.

## 2.3

### **A Gazeta de Notícias**

A *Gazeta de Notícias* foi um dos jornais que obtiveram mais êxito em sua época. Fundada em 1874 por Ferreira de Araújo, Henrique Chaves, Manoel Carneiro e Elísio Mendes, começou como um jornal modesto, mas cresceu rapidamente chegando ao novo século como um dos grandes periódicos do Rio de Janeiro, ao lado do *Jornal do Commercio*.

A principal característica da *Gazeta de Notícias* é o destaque que dá à literatura e à informação. O primeiro número do jornal, com quatro páginas, traz telegramas nacionais e internacionais, diversas notícias, crônica literária e o folhetim. As duas últimas páginas são dedicadas aos serviços e anúncios. Essa

---

<sup>55</sup> A religião e a medicina. *Kosmos: revista artistica, scientifica e litteraria*, Rio de Janeiro, ago 1904, p. 33.

tendência aparece num prospecto de propaganda, citado por Marialva Barbosa, que anuncia o lançamento do novo periódico:

Além de um folhetim-romance a *Gazeta de Notícias* todos os dias dará um folhetim da atualidade. Arte, literatura, teatros, modas, acontecimentos notáveis, de tudo a *Gazeta de Notícias* se propõe a trazer ao corrente os seus leitores. A *Gazeta de Notícias* fornecerá aos seus assinantes informações comerciais, que mais possam interessar-lhes, procurando assim merecer a sua benevolência e distinção<sup>56</sup>. [grifos no original]

Além disso, o periódico iniciou na cidade um sistema de venda avulsa, através de pequenos jornaleiros, que a partir de então, passaram a gritar por todos os cantos os nomes dos principais diários. Era vendido “por toda a cidade, nos quiosques, nas pontes das barcas, nas estações de bondes e em todas as estações da Estrada de Ferro D. Pedro II”<sup>57</sup>.

Dirigido por Henrique Chaves desde 1896, quando Ferreira de Araújo se afastou do jornal, passaria ainda por alterações significativas. As cinco colunas que compunham a mancha gráfica do jornal nos primeiros anos são substituídas por oito e a primeira página passa a trazer sempre uma ilustração ou uma caricatura. A tiragem inicial de 12 mil exemplares sobe para 40 mil em 1900 - considerando-se que cada jornal era lido por pelo várias pessoas e que muitas vezes essa leitura se fazia em voz alta, atingia-se um número ainda mais expressivo de expectadores.<sup>58</sup>

No início do novo século a *Gazeta de Notícias*, além de estar na vanguarda do desenvolvimento técnico, concentra grandes nomes da literatura em seu quadro de funcionários e de colaboradores: o folhetim de Olavo Bilac, a colaboração de Pedro Rabelo e Guimarães Passos, a coluna mundana de Figueiredo Pimentel e a colaboração de estrangeiros como Ramalho Ortigão e Max Nordau. Além disso já é o jornal matutino mais lido no Rio de Janeiro, e, com exceção do *Correio da Manhã*, era o jornal que melhor pagava seus jornalistas<sup>59</sup>.

Além dos repórteres locais, responsáveis pela apuração de ocorrências junto aos ministérios, delegacias e teatros, o jornal mantém correspondentes em

<sup>56</sup> BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, poder e público: Os Diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. [Tese Doutorado] Rio de Janeiro:UFF, 1996, p. 43.

<sup>57</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 01 jan 1874, p. 01.

<sup>58</sup> BARBOSA, Marialva. op. cit., p. 40.

<sup>59</sup> EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1957, v. 5, p. 922.

Portugal, na França, na Itália e na Inglaterra, o que reforça a importância crescente da figura do repórter.

A *Gazeta* não possuía nenhuma coluna religiosa ou algo nesse sentido, mas freqüentemente algumas notícias eram publicadas na seção “Publicações a pedido”, relativas a missas, procissões e festividades católicas em geral. Os demais periódicos da época mantinham um perfil parecido neste sentido.

FESTIVIDADES: Realiza-se amanhã na igreja da Venerável Ordem Terceira do Bom Jesus a segunda via sacra. Ocupará a tribuna sagrada o eminente pregador cônego Figueiredo de Andrade terminando o ato com a exposição no trono do 2º passo da paixão de Cristo. Em seguida adoração do senhor morto.<sup>60</sup>

O ideal de modernidade da *Gazeta de Notícias* faz com que as inovações gráficas e editoriais introduzidas sejam apresentadas como uma necessidade para que o jornal continue sempre jovem. Expressando que seu intuito é levar tudo o que é novo e melhor para o seu leitor, que constitui sua principal preocupação, busca produzir um texto cada vez mais simples, leve, ao gosto de um público vasto.

A partir do levantamento realizado por Marialva Barbosa<sup>61</sup> e Carolina Dantas<sup>62</sup> nas cartas dos leitores publicadas na seção “Publicações a pedidos” da *Gazeta de Notícias* entre os anos de 1903 e 1905, conclui-se que o periódico atrai um público-leitor bem variado, composto por comerciantes, profissionais liberais, homens de letras, estudantes e donas-de-casa. Claro que esse levantamento não corresponde a total realidade, já que nem todos escreviam para o jornal, nem tinham suas cartas publicadas, mas esses dados já nos mostram uma boa medida da abrangência e popularidade do periódico em diferentes setores da sociedade carioca de então. Além disso, apesar dos altos índices de analfabetismo da população (59,8% de alfabetizados na capital federal em 1906<sup>63</sup>), não podemos deixar de se levar em conta o recurso à oralidade. Ler em voz alta, após o jantar,

<sup>60</sup> Publicações a pedido. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 25 fev 1904, p. 02.

<sup>61</sup> BARBOSA, Marialva. op. cit.

<sup>62</sup> DANTAS, Carolina Vianna. *Brasil em periódicos: história, folclore, mestiçagem e nação no início do século XX*. (Rio de Janeiro, 1903-1914). [Tese de Doutorado] Rio de Janeiro: UFF, 2007.

<sup>63</sup> DAMAZIO, Sylvia. *Retrato Social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1996, p. 34.

em torno da família, ou no trabalho, nas poucas horas vagas era muito costumeiro nos anos iniciais da República<sup>64</sup>.

O discurso dominante presente na imprensa do período era o da inserção da cidade numa atmosfera de civilização e progresso, defendendo arduamente a erradicação das favelas e dos mendigos, pedintes e esmoleres do centro da cidade. O Rio de Janeiro, construído nas ilustrações que publicavam – criando a imagem de cidade maravilhosa – não se coadunava com o espetáculo da pobreza e de miséria que, por vezes ficava exposto na “vitrine”.

O quadro que se pintava aos poucos naqueles intensos anos da *belle époque* carioca é impensável sem a presença da imprensa, com as notícias cotidianas e rápidas dos jornais diários. Era em decorrência da proximidade das reportagens diárias, da descrição de eventos múltiplos sobre a tela efêmera do papel descartável do jornal que os escritores buscavam inspiração para as suas histórias consideradas sensacionais pelo público-leitor. Assim, se por um lado afastavam-se dos romances realistas que forneciam a pauta crítica do momento, era através das reportagens reais e cotidianas que a sensação encontraria terreno fértil para se fixar e fazer um enorme sucesso de público<sup>65</sup>.

Quanto maior a busca da sua popularidade, maior a quantidade de notícias ligadas às tragédias do cotidiano, envolvendo pessoas comuns na trajetória da narrativa. Com as novas estratégias editoriais – onde se destaca, em primeiro lugar a divulgação do sensacional, do violento, do cotidiano – esses periódicos introduziam, assim, uma nova leitura que atendia a uma expectativa cultural de um público mais amplo. Do ponto de vista do conteúdo, passam a enfatizar o sensacional, os crimes hediondos, mortes violentas, suicídios, as tragédias do cotidiano – anomalias genéticas, grandes catástrofes – e introduzem, paralelamente, o entretenimento, o passatempo, os mexericos, em suas colunas<sup>66</sup>.

É no mundo do que parece romper a monotonia do cotidiano, no extraordinário, que encontra no sensacionalismo do crime terreno fértil, que o jornal procura se pautar. Porém, os relatos curiosos, interessantes, sensacionais antes mais presentes na ficção dos folhetins, passam a freqüentar também o

<sup>64</sup> BARBOSA, Marialva. op. cit.

<sup>65</sup> NEEDELL, J. D. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 230.

<sup>66</sup> Para maiores informações acerca do sensacionalismo na imprensa e nos romances do período ver EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

noticiário que, revestindo o cotidiano de uma carga de excepcionalidade, constitui o folhetim da vida real. Ao transformar-se em crônica-reportagem leva ao leitor histórias curiosas, problemas sociais, situações interessantes da vida na cidade.

Nesse sentido, Sidney Chalhoub cita Lima Barreto, que em sua obra *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* conta como os jornalistas se empenhavam em inventar detalhes extravagantes que enfeitassem a notícia, causando sensação ao público e assegurando a venda de muitos exemplares do jornal. O sensacionalismo começava já na “cabeça” – isto é, nas “considerações que precedem uma notícia” – e se caracterizava por um filosofar de caráter moralizador<sup>67</sup>.

E foi em meio a essa atmosfera, que o cronista Paulo Barreto publica na *Gazeta de Notícias* sua série sobre “As religiões no Rio”. Certamente o cronista e os editores do periódico estavam imbuídos desse “espírito sensacionalista” presente na imprensa de então. Prova disso são os destaques dados a série e, em especial, as reportagens sobre os “candomblés dos negros minas”, seja na forma de anúncios na primeira página, em manchetes destacadas e em anúncios emoldurados e a ênfase dada na repercussão das mesmas, exaltando sempre seu lado exótico, aguçando a curiosidade dos leitores.

O destaque que este periódico concederia a Paulo Barreto, consagrando-o como cronista e aclamado por sua série, originou admiração de intelectuais, como Luiz Edmundo que afirmou, alguns anos depois, sobre a carreira do escritor:

Cronista maravilhoso, que a cidade, mais tarde, ama e consagra, criador de reportagens sensacionais, como *As Religiões do Rio*, que transformam por completo a feição rotineira da *Gazeta*, ainda não se revelou. Já faz parte, porém, da redação<sup>68</sup>. [grifos no original]

Falemos então, sobre o “cronista maravilhoso”.

<sup>67</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, 2ª edição, p. 27.

<sup>68</sup> EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1957, v. 5, p. 947.

## 2.4

### O cronista

Foi em uma casa alugada, na Rua do Hospício (atual Buenos Aires), região central do Rio de Janeiro, que em 05 de agosto de 1881 nascia o menino João Paulo Emílio Cristóvão Barreto.

Seu pai, Alfredo Coelho Barreto, era membro de uma família tradicional do Rio Grande do Sul, professor de matemática e astronomia da Escola Normal, de alguns estabelecimentos particulares e, após a proclamação da República, do Ginásio Nacional – antigo Pedro II; sua mãe, Florência Cristóvão dos Santos Barreto, era mulata, filha do chefe de Clínica de Santa Casa de Misericórdia, Dr. Joaquim Cristóvão dos Santos e de Gabriela Amália Caldeira. Filho único – seu irmão, Bernardo, morreu aos doze anos -, tornou-se extremamente ligado à mãe.

Seu pai fora ainda foi um dos fundadores da Igreja do Apostolado Positivista, mas desligou-se do Positivismo em 1883. Paulo Barreto recebeu, contudo, o “sacramento da apresentação” na referida Igreja em 8 de setembro de 1883, tendo como padrinho Raimundo Teixeira Mendes, uma das grandes figuras positivistas do Brasil.

Entre 1894 e 1896 teve aulas de Português no Colégio do Mosteiro de São Bento e logo depois ingressou no Ginásio Nacional. De acordo com João Carlos Rodrigues<sup>69</sup>, em 1902, tentou entrar para a carreira diplomática, mas teria sido desencorajado pelo Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores, por ser mulato e excessivamente “efeminado”. Decidiu então investir na carreira jornalística, que já havia iniciado em junho de 1899, aos dezessete anos, no periódico *A Tribuna*. Quatro meses depois, adotando o pseudônimo “Claude”, Paulo Barreto transferiu-se para o famoso jornal *A Cidade do Rio*, de José do Patrocínio, de onde saiu em outubro de 1900 por decorrência de divergências com José do Patrocínio Filho. Nos dois anos seguintes colaborou assiduamente nos jornais *O Paiz* – onde permaneceria até 1920 -, *O Dia* e *O Correio Mercantil*.

Em setembro de 1903, por indicação do então deputado Nilo Peçanha, começou a escrever a coluna “A Cidade” num dos jornais mais importantes da época, a *Gazeta de Notícias*, utilizando o pseudônimo “X”. Neste mesmo jornal, a partir de janeiro de 1904, começou a usar o pseudônimo “João do Rio”, que

---

<sup>69</sup> RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio: uma biografia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

terminou substituindo seu nome civil. Com ele tornou-se conhecido e assinou todas as suas obras editadas. No mês seguinte começou a produzir a série “As religiões do Rio”, que o consagrou como cronista.

Durante todo o período em que escreveu para a *Gazeta* – do qual foi redator-chefe e editor – manteve diversas colunas – como a já citada “A Cidade”, “Cinematographo”, “Os dias passam”, entre outras, que assinava com diversos pseudônimos: José, Simeão, Joe, só para citar alguns. Em 1905, Paulo Barreto começou a publicar na *Gazeta de Notícias* as entrevistas sobre literatura realizadas com quase todos os grandes escritores brasileiros vivos da época, editadas com o título *O momento literário* em 1907 pela *Garnier*, parceria iniciada a partir da publicação da segunda edição de *As religiões do Rio* em 1906, publicada anteriormente pela *Tipografia da Gazeta de Notícias* no final do ano de 1904 e a partir daí de diversos outros títulos de sua autoria<sup>70</sup>. Em 1915, acontece o “crime da Avenida Central”, uma tragédia abalou o meio literário e mudou os rumos de sua carreira. Essa foi a expressão pela qual ficou conhecido o assassinato de Aníbal Teófilo que levou um tiro de Gilberto Amado. O assassino era protegido de Pinheiro Machado e também amigo de Paulo Barreto. A *Gazeta de Notícias*, anti-pinheirista, não poupa Gilberto Amado e Paulo Barreto fica isolado em sua defesa. As divergências aumentam dentro da redação e um desentendimento com Salvador Santos, sócio majoritário da folha, leva Paulo Barreto a sair do jornal depois de onze anos de casa.

Colaborou em outros jornais, como *O Commercio de São Paulo* e *A Noite*, de Irineu Marinho, que ajudou a fundar. Teve também uma atuação expressiva em várias revistas, como *O Coiô* – onde escreveu a coluna satírica “Cosmorama”, com o pseudônimo “Caran d’Ache” –, *Os Annaes*, *A Renascença* e algumas de destaque como a *Kosmos*, *A Revista da Semana* e a *Ilustração Brasileira*. Em 1915 criou a coluna de crônica mundana “Pall-Mall Rio” no jornal *O Paiz*, que assinava com o pseudônimo de “José Antonio José”.

Foi proprietário da revista *Atlântica* (1915-1920) e, em sociedade com Azevedo Amaral e Georgino Avelino, *O Rio Jornal* (1918). Em 1919 foi enviado

<sup>70</sup> Consegui ainda localizar alguns outros títulos de João do Rio editados pela *Livraria Garnier*: *A alma encantadora das ruas do rio* (1908); *Fados, canções e danças de Portugal* (1909); *Dentro da noite* (1910); *O momento literário* (s.d.); *Portugal d’agora: Lisboa, Porto, notas de viagem e impressões* (1911); *Vida vertiginosa* (1911); *Crônicas* (s.d.). Cito aqui apenas a primeira edição de cada volume publicado pela Garnier, embora ela tenha publicado outras edições desses mesmos livros.

à Europa como correspondente na Conferência de Paz em Versalhes, fundando um ano depois o jornal *A Pátria*. Com bons contatos em Portugal, Paulo Barreto ali passara longas temporadas que resultaram na publicação de livros como *Fados e canções* e *Portugal d'agora*, além do lançamento do periódico *Atlântida*, que circulara entre 1913 e 1919, com proposta de estreitar os laços culturais entre os dois países.

Sua extensa obra literária – cerca de 2500 textos, dentre os quais apenas um terço encontra-se publicado e, dentre reedições e coletâneas, veio a público somente o material que o próprio autor havia publicado em vida. - inclui quase todos os gêneros, entre os quais a crítica (literária, teatral e de artes plásticas), a crônica (política, poética e de costumes), contos, novelas, romances e peças teatrais. Sua escrita, considerada por alguns estudiosos como Julia O’ Donnell<sup>71</sup> e Orna Levin<sup>72</sup>, dentre outros, inovadora na forma e no conteúdo dentro do campo literário brasileiro, fazia-se a partir da sua larga erudição, que incluía desde autores da tradição naturalista européia até os nomes da filosofia grega, passando por uma especial afeição ao decadentismo de Oscar Wilde.

Destaque para as crônicas reunidas nas coletâneas *A alma encantadora das ruas* (Garnier, 1908) – uma série de reportagens sobre os tipos e profissões das ruas cariocas -, *Cinematographo* (Porto Lello & Irmãos, 1909) e *Vida Vertiginosa* (Paris, Garnier, 1911). Em sua obra de ficção destacam-se as coletâneas de contos *Dentro da Noite* (Paris, Garnier, 1911) e *A Mulher e os Espelhos* (Lisboa, Portugal-Brasil, 1921), bem como a novela *A profissão de Jacques Pedreira* (Paris, Garnier, 1911) e o romance *A correspondência de uma estação de cura* (Leite Ribeiro & Maurillo, 1918). Em co-autoria com Viriato Correia, publicou os contos infantis *Era uma vez ...* (Francisco Alves, 1909).

Como autor de peças teatrais, fez bastante sucesso com as revistas burlescas *Chic-Chic* (1906) e *Dinheiro haja!* (1908) e com as comédias sofisticadas *A última noite* (1907), *A bela Madame Vargas* (1912) e *Eva* (1915) – esta última muito elogiada pelo crítico Oswald de Andrade. Foi um dos

<sup>71</sup> O’DONNELL, Julia Galli. *No olho da rua: a etnografia urbana de João do Rio*. [Dissertação de Mestrado] Rio de Janeiro: UFRJ/ MN, 2007.

<sup>72</sup> LEVIN, Orna Messer. *As figurações do dândi: um estudo sobre a obra de João do Rio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

fundadores, em 1917, da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), tendo sido seu primeiro diretor.

Depois de duas tentativas fracassadas, conseguiu ingressar na Academia Brasileira de Letras em 1910 – com apenas trinta anos –, na vaga do poeta Guimarães Passos. Nove anos depois deixaria, contudo, de frequentar a instituição, após a entrada do parnasiano Humberto de Campos (1886-1934), com quem tinha graves contendas provocadas pela sua já citada coluna social “Pall-Mall Rio”, n’*O Paiz*.

João do Rio morreu no dia 21 de junho de 1921 num táxi que percorria as ruas do Catete. Sua morte foi recebida friamente pela Academia Brasileira de Letras, mas segundo, Antonio Edmilson Rodrigues, seu enterro contaria com a presença de mais de cem mil pessoas, que acompanharam o cortejo do centro da cidade até o cemitério São João Batista<sup>73</sup>.

Paulo Barreto tinha no jornalismo sua profissão, o que o diferenciava da maioria de seus predecessores (como Machado de Assis, Aloísio Azevedo, Olavo Bilac e tantos outros) que viam as redações como um complemento financeiro às suas atividades principais como advogados, funcionários públicos, etc. Sua figura era parte da paisagem social da *belle époque* carioca, numa presença sempre marcada pela polêmica. Mulato, calvo, gordo e homossexual, a personagem João do Rio descolou-se de sua matriz biográfica - Paulo Barreto - e garantiu seu próprio espaço.

Interessante perceber que João do Rio embora falasse das mais diferentes manifestações religiosas falava de sua própria história, o que vivia e via em seu cotidiano. Um bom exemplo disto está no já citado trecho “... Ao ler os grandes diários, imagina a gente que está num país essencialmente católico, onde alguns matemáticos são positivistas.”<sup>74</sup> - Afinal, seu pai era um *matemático e positivista* e essa convivência com diversos membros dessa doutrina decerto fora significativa em sua formação.

João do Rio “abandonou as reflexões de gabinete e revolucionou o jornalismo carioca, adotando a reportagem, o inquérito e a entrevista, quando ia atrás da notícia, estivesse ela nos terreiros de macumba, nos morros, nas ruas, no

<sup>73</sup> RODRIGUES, Antonio Edmilson M. *João do Rio. A cidade e o poeta*. O olhar do flâneur na *belle époque* tropical. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000, p. 32.

<sup>74</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 fev 1904, p. 01.

meio político ou nos salões”, abrindo “caminho para um avanço do conhecimento da cidade, revelando o” mundo das sombras “, colocando em evidência aquilo que a modernização escondia e transitando por um espaço de crítica social. Esse movimento transformou o modo de ver a cidade. A crônica expressou-se como o modo mais rápido de entender as mudanças. O gênero combinou a recuperação da tradição com a velocidade do novo tempo”<sup>75</sup>.

## 2.5

### Um contraponto ...

João do Rio, porém, não teria sido o primeiro brasileiro a fazer da observação *in loco* uma marca de seu trabalho. Em seu estudo contemporâneo às primeiras incursões do cronista em campo, o maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) também se dedicou à coleta presencial de material para análise daquele que seria seu principal objeto como médico e antropólogo: as populações africanas no Brasil.

Desenvolveu profundas pesquisas sobre origens étnicas da população e a influência das condições sociais e psicológicas sobre a conduta do indivíduo; com o resultados de seus estudos propôs uma reformulação no conceito de responsabilidade penal, sugeriu a reforma dos exames médico-legais e foi pioneiro da assistência médico-legal a doentes mentais, além de defender a aplicação da perícia psiquiátrica não apenas nos manicômios, mas também nos tribunais. Suas pesquisas eram herdeiras diretas da antropologia criminal do médico italiano Cesare Lombroso (1835-1909) e, do inicial positivismo sociológico na área penal.

Nina Rodrigues publicou muitos artigos científicos em revistas especializadas e em diversos periódicos, como a revista *Kosmos* e o *Jornal do Commercio*. Aqui nos interessa particularmente os artigos que geraram as obras *O animismo fetichista dos negros baianos* e *Os africanos no Brasil*<sup>76</sup>, elaborados entre 1890 e 1905, por abordarem suas impressões acerca de candomblés na Bahia

<sup>75</sup> Ibid., p. 23; GOMES, Renato Cordeiro. *João do Rio: velas do vício, ruas da graça*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Prefeitura do Rio, 1996, p. 39.

<sup>76</sup> RODRIGUES, Raimundo Nina. *O animismo fetichista dos negros baianos*. Salvador, s.ed., 1935; \_\_\_\_\_. *Os africanos no Brasil*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988, 7ª edição.

e seus devotos, num movimento paralelo e bastante similar ao que realizava João do Rio no âmbito do jornalismo e numa época muito próxima.

O médico baiano publicou cinco artigos na *Revista Brasileira - jornal de ciencias, letras e artes*, ao longo do ano de 1896 e este teria sido o primeiro estudo realizado sobre as religiões, os cultos, as práticas mágicas dos negros da Bahia (vide tabela 03, p. 48). Posteriormente todos os artigos foram reunidos pelo próprio médico e publicados em 1900 com o título de *L'animisme fétichiste de nègres de Bahia* e dedicado a Societé Médico-Psychologique de Paris, da qual o autor era membro associado estrangeiro. Sua versão em português – *O animismo fetichista dos negros baianos* - só seria publicada na década de 1930, por seu discípulo, Arthur Ramos.<sup>77</sup> Comparando os artigos originais e o livro, não há muitas diferenças, exceto a modificação de alguns títulos. *Animismo fetichista* é a expressão pela qual no século XIX, eram conhecidas as religiões dos chamados povos primitivos.

**Tabela 03**  
**Artigos de Raimundo Nina Rodrigues na *Revista Brasileira* sobre os**  
**candomblés baianos:**

| Nome do artigo                                                            | Data de publicação                           |
|---------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| Teologia fetichista dos áfrico-bahianos                                   | 01 de maio de 1896                           |
| Liturgia fetichista dos áfrico-bahianos                                   | 15 de junho de 1896                          |
| Feitiço, vaticínio, estado de possessão, oráculos fetichistas             | 01 de julho de 1896 e<br>15 de julho de 1896 |
| Cerimônias do culto fetichista: candomblés, sacrifícios, ritos funerários | 01 de agosto de 1896                         |

<sup>77</sup> Arthur Ramos de Araújo Pereira (1903 – 1949), foi um médico psiquiatra, etnólogo, folclorista e antropólogo brasileiro e um dos grandes seguidores das idéias de Raimundo Nina Rodrigues. In: ODA, Ana Maria Galdini. *Alienação mental e raça: a psicopatologia comparada dos negros e mestiços brasileiros* na obra de Raimundo Nina Rodrigues. [Tese de Doutorado] Campinas: UNICAMP, 2003, p. 313.

|                                               |                        |
|-----------------------------------------------|------------------------|
|                                               |                        |
| A conversão dos áfrico-baianos ao catolicismo | 15 de setembro de 1896 |

*Os Africanos no Brasil*, por sua vez, foi uma obra deixada na gráfica para impressão em 1906, enquanto Nina Rodrigues viajara para a França, onde o médico viera a falecer. Seu discípulo Oscar Freire<sup>78</sup> se responsabilizou por entregar ao público a obra interrompida, mas acabou falecendo antes de cumprir tal tarefa. O material foi entregue então a viúva de Nina Rodrigues e depois de vinte e seis anos acabou chegando às mãos de Homero Pires, que descobriu que a obra fazia parte de uma História da América Portuguesa, inacabada, tendo encontrado rascunhos e anotações também pertencentes a esta obra. Finalmente em 1933 o volume, acrescido desses rascunhos, foi publicado<sup>79</sup>. Nessa obra, Nina Rodrigues trata de vários aspectos da vida dos africanos no Brasil, como valor social dos povos e raças negras que colonizaram o Brasil, a criminalidade dos negros, pureza racial, inferioridade científica da raça negra, os últimos africanos e nações que se extinguem no Brasil, os usos e costumes dos africanos, vestimentas, culinária, revoltas de escravos ocorridas no Brasil, tanto de Salvador quanto em outras províncias. Descreve ainda, de forma mais aprofundada do que em sua obra anterior, as práticas religiosas dos muçulmanos além de algumas impressões sobre os candomblés, que de fato é o que mais nos interessa aqui.

Encontrei um artigo publicado na revista *Kosmos* com informações muito similares as encontradas no capítulo “Sobrevivências africanas – as línguas e as belas artes nos colonos pretos” de *Os africanos no Brasil*. No artigo, intitulado “As belas artes dos colonos pretos do Brasil – a escultura”<sup>80</sup>, publicado na seção de Etnologia da revista, Nina Rodrigues analisa peças do culto religioso africano, trazidas do Golfo do Guiné em 1890 após uma das muitas batalhas do processo de Colonização da África. O artigo consiste, basicamente na descrição das peças, (suas medidas, o material que é feito, além da descrição visual), ressalta a

<sup>78</sup> Oscar Freire de Carvalho (1882 - 1923) foi um médico baiano, discípulo de Nina Rodrigues, de quem ganhou o interesse especialmente pela área de Medicina Legal. In: Idem, p. 323.

<sup>79</sup> PIRES, H. “Prefácio”. In: RODRIGUES, Raimundo N., 1988, op. cit..

<sup>80</sup> RODRIGUES, Raimundo Nina. As bellas artes dos colonos pretos do Brasil – a esculptura. *Revista Kosmos*, Rio de Janeiro, ag 1904, p. 05-10.

reprodução de traços étnicos nas peças (como nariz chato, lábios grossos e pendentes, olhos à flor da cara), e o que ele acha que significa cada uma daquelas peças a partir de informações que ele tinha de seus estudos sobre os candomblés na Bahia.

Ao caracterizar a obra de Nina Rodrigues, fica difícil chamar a atenção para o aspecto religioso, pois as pessoas ficam na maioria das vezes presas ao aspecto das teorias raciais. Embora seu trabalho consista numa obra de divulgação médico-científica, ele nos oferece importantes descrições sobre as religiões africanas, trazendo-nos aspectos característicos dos terreiros que visitou na Bahia, onde pode presenciar diversos rituais e obter informações sobre a liturgia dos cultos, além dos rituais de sacrifício, fitolatrias<sup>81</sup> e litolatrias<sup>82</sup>. Pesquisou principalmente os candomblés de tradição sudanesa, pois acreditava que os nagôs foram os africanos de maior influência no Brasil, trazendo descrição de diversas atividades realizadas nos candomblés, como feitura de santo, a descrição dos cargos, as vestimentas de orixás, etc.

A partir dessas breves informações, creio que os estudos de Nina Rodrigues nos oferecem um excelente contraponto a série *As religiões no Rio*. Ambos intelectuais, formadores de opinião, se utilizaram da imprensa para divulgar suas opiniões sobre os candomblés e suas qualificações. O cotejo de suas opiniões será feito mais profundamente no próximo capítulo.

---

<sup>81</sup> Culto a árvores e plantas.

<sup>82</sup> Culto a pedras.